



Subsídios: fundos públicos para serviços públicos

A futura Política Comum das Pescas (PCP) deve garantir que a ajuda pública apoia a recuperação das unidades populacionais de peixes, facilita a transição para uma pesca sustentável e acrescenta valor à sociedade.

Política desejada

A OCEAN2012 gostaria que a reforma da PCP:

- cortasse os apoios que contribuem para manter ou aumentar a sobrecapacidade de pesca, especialmente todos os fundos para a modernização de embarcações;
- eliminasse os apoios públicos para o acesso aos recursos de pesca;
- usasse os fundos para a criação de bens públicos, como a investigação, a melhoria do controlo e da cooperação entre pescadores e cientistas, assim como uma maior participação das partes interessadas; e
- disponibilizasse informações sobre subsídios à pesca de forma transparente e facilmente acessíveis.



A UE deveria proibir imediatamente os subsídios que contribuem para a sobrecapacidade e a sobrepesca. Essa proibição implicaria todos os “subsídios básicos”, como os custos da pesca e custos operacionais, bem como os subsídios fundamentais com impacto comercial directo na pesca

e nos produtos da pesca, como por exemplo apoios ao processamento e estabelecimento de preços. Atrasar a eliminação desses subsídios irá prolongar os seus danos e implicar um ajuste posterior mais difícil.

O impacto da ajuda à modernização

Entre 2000 e 2008, a frota Comunitária do atum rabilho, visando uma população em sério risco de extinção, recebeu subsídios da UE de um total de € 34.500.000. Desse total, € 33.500.000 foram destinados à construção e modernização das embarcações, ficando apenas uma pequena proporção destinada ao abate. Estes subsídios também possibilitaram a sobrepesca de várias importantes unidades populacionais de peixes europeus, como a pescada e o tamboril.

Uma análise dos subsídios da UE entre 2000 e 2006 mostra que a ajuda para a modernização das embarcações de pesca beneficia apenas alguns proprietários de embarcações, particularmente as de maiores dimensões e maior potência, com maior capacidade de captura. Para as embarcações com menos de 12 metros, foi utilizado o dobro do financiamento para o abate de embarcações relativamente ao que foi aplicado na sua modernização e construção. Por outro lado, os navios com mais de 24 metros receberam significativamente mais para a modernização e construção do que para o abate.

Acesso à pesca em países terceiros

Os pagamentos para o acesso à pesca em águas de países terceiros estão a contribuir para a sobrepesca. A OCEAN2012 propõe que os armadores da UE paguem a totalidade das despesas do seu acesso.

Subsídios de combustíveis

A isenção do imposto sobre o combustível de pesca está a beneficiar os métodos de pesca com alto consumo de

Contexto

Subsídios mal concebidos ameaçam seriamente a base económica dos pescadores e das comunidades costeiras. A Comissão Europeia reconhece a ligação entre o actual nível de sobrepesca, sobrecapacidade da frota e ajuda financeira, afirmando que: “As frotas de pesca europeias podem, em muitos casos, exercer uma pressão de pesca sobre as populações de peixe duas a três vezes acima do nível sustentável. E os subsídios têm contribuído para isso.”¹

O montante total dos subsídios concedidos ao sector das pescas europeu é desconhecido. Em alguns Estados-Membros, o montante do seu orçamento nacional para a gestão e subsídio das pescas ultrapassa, actualmente, o valor monetário total de todas as capturas.

No âmbito da sua Estratégia de Desenvolvimento Sustentável, a UE assumiu o compromisso de eliminar subsídios prejudiciais ao ambiente, propondo a elaboração de um roteiro para a sua eliminação até 2008. No entanto, até à data, este roteiro não foi concretizado.

A eliminação de subsídios prejudiciais

A reforma da PCP é uma oportunidade única para eliminar gradualmente os subsídios que são ambiental, económica e socialmente prejudiciais; assim como para direccionar apoios para medidas que contribuam para a sustentabilidade a longo prazo das pescas na UE.

¹ Comissão Europeia (2008) Reflexões sobre a futura reforma da PCP

Subsídios mal concebidos ameaçam seriamente a base económica dos pescadores e das comunidades costeiras. A Comissão Europeia reconhece a ligação entre o actual nível da sobrepesca, sobrecapacidade e ajuda financeira.



combustível, que, frequentemente, têm um maior impacto no ambiente marinho, não oferecendo incentivos para que se opte por técnicas de pesca com um consumo de combustível mais eficiente.

Rumo a apoios que assegurem o bem público

É evidente que nem todos os subsídios para a pesca são prejudiciais. No entanto, a nova PCP deve garantir que a ajuda pública apoia os bens públicos e, desta forma, contribui para acrescentar valor à sociedade.

Em 2007, o Relatório Extraordinário do Tribunal de Contas Europeu destacou o fracasso dos Estados-Membros em controlar de forma eficiente as actividades de pesca das suas frotas. O relatório afirma que: “Se as autoridades políticas querem que a PCP atinja o seu objectivo de exploração sustentável dos recursos pesqueiros, os actuais mecanismos de controlo, inspecção e sanção devem ser consideravelmente reforçados”.

O sector das pescas da UE recebe cerca de € 850.000.000 anualmente para o apoio estrutural, incluindo os apoios para a modernização das embarcações, e € 150.000.000 para os acordos de acesso. Ao mesmo tempo, a contribuição da UE para o controlo e execução, bem como para a recolha de dados é limitada a cerca de € 50.000.000 respectivamente. Espera-se que no futuro sejam disponibilizados mais fundos públicos para a melhoria da recolha de dados científicos, o reforço dos sistemas de controlo e o cumprimento dos regulamentos.

Muitas unidades populacionais comerciais em águas europeias continuam por ser avaliadas, o que compromete a gestão eficiente das pescas. Os regimes de subsídio futuros devem apoiar a investigação científica independente que contribui para a avaliação das populações de peixe e para a redução dos impactos sobre os habitats e ecossistemas.

O apoio a outras medidas, como a formação, a cooperação entre cientistas e pescadores, a protecção do meio marinho em zonas sensíveis e a pesquisa e desenvolvimento de equipamentos mais selectivos contribuiria igualmente para que o sector se encontrasse numa posição mais sustentável.

Com a eliminação da sobrecapacidade de pesca, adivinha-se a possibilidade de uma redução no número de trabalhadores no sector da captura. Os apoios públicos serão elementos-chave para suavizar esta transição. No entanto, os restantes operadores serão os grandes beneficiados de um equilíbrio entre a capacidade existente e os recursos pesqueiros disponíveis e por essa razão devem poder contribuir para uma forma de compensação a definir (princípio de beneficiário-pagador).

Transparência

Os decisores políticos, os cientistas e a população devem ter acesso a mais e melhor informação, a fim de avaliar o impacto, a distribuição e a eficácia dos subsídios e analisar se o dinheiro dos contribuintes é utilizado de forma eficiente.

A Iniciativa de Transparência da UE exigiu a divulgação dos beneficiários do Fundo Europeu das Pescas. Na prática, porém, essa informação é apresentada de forma tão variada que torna a sua análise minuciosa e o cruzamento de dados quase impossível. Informações essenciais sobre embarcações ou tipo de projectos financiados já não se encontram disponíveis.

A OCEAN2012 acredita que os fundos públicos só devem ser utilizados de forma a que sirvam os bens públicos e reduzam os impactos sociais durante a transição para práticas de pesca sustentáveis.

Para mais informações sobre a necessidade de eliminar a sobrecapacidade de pesca, uma das peças chave da sobrepesca, consulte o Relatório 5: *Colocar a capacidade em conformidade com os recursos disponíveis*.

OCEAN2012 é uma aliança de organizações dedicadas a transformar a Política Europeia de Pescas, de modo a parar com a sobrepesca, acabar com as práticas piscatórias destrutivas e distribuir o uso justo e equitativo de populações de peixe saudáveis.

A OCEAN2012 foi iniciada, e é coordenada, pelo Pew Environment Group, o ramo conservacionista da The Pew Charitable Trusts, uma organização não-governamental que trabalha com o intuito de terminar com a sobrepesca nos oceanos do planeta.

Os membros fundadores da OCEAN2012 são a Coalition for Fair Fisheries Arrangements (CFFA), o Fisheries Secretariat (FISH), nef (new economics foundation), o Pew Environment Group e o Seas At Risk (SAR).